

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista  
do Departamento  
de História  
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História  
Departamento de Ciência Política  
FAFICH/UFMG  
Apoio CNPQ





**Revista do  
Departamento de História**

**Nº 10**

**Cadernos DCP - Nº 8**

**NÚMERO CONJUNTO**

**Departamento de História**

**e**

**Departamento de Ciência Política**

**FAFICH/UFMG**

**Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico - CNPq**

**1990**

**REITORA DA UFMG**

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

**DIRETORA DA FAFICH/UFMG**

Prof. Paulo Roberto Saturnino

**VICE DIRETOR**

Prof. Túlio Mourão

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Prof. Daniel Valle Ribeiro

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Prof. Sérgio de Azevedo

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

**Revisão dos autores**

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

**APOIO:** CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

**MONTAGEM**

Joyce Lamaita Perim

**SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO, 1**

Leônidas Prates Lafeté

**REPÚBLICA, 1889/1989, 4**

Francisco Iglésias

**AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17**

Fábio W. Reis

**REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28**

Eliana Regina de Freitas Dutra

**O BARÃO DA RALÉ – A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40**

Delsy Gonçalves de Paula

Heloísa M. Murgel Starling

**O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56**

Ademir Gebara

**CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64**

Lucília de Almeida Neves Delgado

**A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79**

Luciano Mendes de Faria Filho

**EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93**

Otávio Soares Dulci

**A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125**

Sheila Brandão Baggio

**"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132**

Vera Alice Cardoso Silva

**EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151**

Yonne de Souza Grossi

Maria Auxiliadora Faria



*Eliana Regina de Freitas Dutra*  
 Profa. Depto. História FAFICH-UFMG

## RESUMO

O presente artigo está centrado na análise de um corpo de idéias que informam e delineiam a prática política da burguesia mineira no início deste século. Do exame da documentação, que registra as intervenções dessa classe na realidade mineira, e as expressões pensadas dessa intervenção, elaboradas pelos seus teóricos, é aventada a hipótese da existência de um projeto burguês de desenvolvimento econômico-social e tecnológico. Este projeto é centrado no primado do trabalho e para este convergem as principais estratégias implementadas pela classe.

## ABSTRACT

*This article centers on an analysis of a body of ideas which formed the basis of bourgeois political practices in Minas in the early decades of the twentieth century. A study of the documentation which registers bourgeois interference in mineiro reality, as well as the articulated expression of such interference, leads to the hypothesis that, in fact, the bourgeoisie had an elaborated project of economic, social and technological development. This project was based on the positivity of work and the main strategies implemented by the bourgeoisie converged upon this principle.*

A pretensão deste artigo é de tão somente apontar algumas direções captadas, quando do exame preliminar da documentação acerca da burguesia mineira nas duas primeiras décadas deste século, dentro de um projeto de pesquisa sobre as classes sociais em Minas Gerais entre 1891 e 1950.<sup>1</sup>

Tendo em vista as comemorações em torno a proclamação da República, anteciparemos aqui alguns comentários acerca da documentação examinada e esboçaremos uma problematização da mesma. É importante esclarecer que fontes foram consultadas e analisadas enquanto suporte de nossas primeiras observações. Informamos que nos detivemos basicamente em três fontes documentais. Nos exemplares da Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira, publicada pela Sociedade Mineira de Agricultura nos anos de 1911, 1912, 1917, 1923, 1924, 1925; nos Anais do Congresso das Municipalidades Mineiras de 1923 e nos Relatórios e Conclusões apresentadas pela Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903.

<sup>1</sup>. O referido projeto foi realizado através do Centro de Estudos Mineiros, com apoio da FINEP. As questões relevantes na documentação e inventariadas aqui, são a espinha dorsal de um texto mais amplo, que pretendemos elaborar muito em breve, e tiveram uma primeira comunicação no Congresso Nacional de História, realizado entre 20-24 de julho de 1987, em Brasília, na UnB.

Do exame desta documentação foi possível avançarmos o suficiente para percebermos a existência de um processo de construção de um discurso da burguesia mineira. Discurso este, que compõe um corpo de idéias elaboradas e divulgadas que consideramos serem parte constitutiva da sua prática nestas primeiras décadas do século XX. Isso porque essas idéias são instrumentos do seu poder de intervenção e construção da realidade. A existência de pontos de convergência entre a Sociedade Mineira de Agricultura, o Congresso das Municipalidades Mineiras de 1923 e o Congresso Agrícola de 1903, esboça uma visibilidade no nível das representações ideológicas, elaboradas pela burguesia mineira urbana e rural, e no nível das estratégias implementadas ou a serem implementadas pela classe. Alguns representantes deste grupo se sobressaem enquanto seus teóricos: é o caso de Fidélis Reis, Sócrates Alvim, Juscelino Barbosa e Camilo Prates, membros da Sociedade Mineira de Agricultura, colaboradores da Revista Agrícola, Industrial e Comercial, presentes com teses no Congresso das Municipalidades Mineiras.

Alguns pontos do discurso desses teóricos da burguesia mineira se ressaltam e por isso mesmo nos chamam a atenção:

1. Seu discurso é sempre em nome da "*classe econômica*", das "*classes conservadoras*", sempre evitando que apareçam para o público externo suas diferenças de interesse, e sempre revestido de uma certa universalidade também em relação aos diferentes setores (e/ou) frações da burguesia. Não nos parece fortuito o nome da revista da Sociedade Mineira de Agricultura ser "*Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*" e o mesmo se dar com o "*Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903*". Essa união de interesses é afirmada em um dos pareceres do Congresso das Municipalidades, onde se reitera que o referido congresso geral foi realizado para

*"...discutir assuntos que interessam a todos, sem preocupação exclusivista ou regionalista, é um depoimento da civilização mineira, pois só nos corpos inferiores é possível o isolamento dos respectivos órgãos, cuja solidariedade e independência crescem sempre, à medida que o organismo se aperfeiçoa e enobrece".<sup>2</sup>*

Assim, o princípio da harmonia é mais salutar para o corpo social, tal como aqui pressuposto. Não é casual aqui, o uso abusivo de imagens organicistas e de uma metáfora do corpo (natureza social) na descrição dessa evolução tão ao gosto dos positivistas. Afinal, elas são comumente utilizadas por aqueles que compartilham uma visão conservadora e autoritária da política e de sociedade.

2. O caráter de *generalidade* que assume esse seu discurso, em relação às demais classes, é corporificado nas metáforas do "*bem comum*", do "*progresso*", da "*construção da nacionalidade*", da "*moral pública*". Neste sentido se autodenominam pessoas patriotas; exemplos do trabalho dignificante, grupos esclarecidos, beneméritos que abrem mão do comodismo e da ambição por

<sup>2</sup>. Anais do Congresso das Municipalidades Mineiras. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924, p. 183. Também a esse respeito é revelador o artigo "Festa Íntima", sobre a homenagem prestada ao dr. Juscelino Barbosa por seus amigos da elite política e das "classes conservadoras" mineiras. In: *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura. Março de 1924, vol. II, p. 137-142.



tarefas messiânicas; por obras de patriotismo, que salvarão o país do atraso, lhe indicando como ingressar no mundo civilizado. Orientando o povo quanto aos seus direitos, cumprem uma "missão histórica" que lhes foi destinada. Falam em nome dos interesses da produção e da riqueza nacional e a solução dos problemas econômicos é obra de "benemerência e patriotismo", tal como está posto no editorial da Sociedade Mineira de Agricultura em 1923.<sup>3</sup>

A pretensa representação do interesse geral é afirmada por Fidélis Reis, então presidente da Sociedade Mineira de Agricultura em 1911, ao definir a bandeira da sociedade como sendo "o trabalho perseverante e tenaz pelo futuro e pelo engrandecimento de nossa terra".<sup>4</sup>

3. A idéia de construção da história que envolve a defesa dos seus empreendimentos. No caso da agricultura, por exemplo, há um corte claro na escravidão, no antes e no depois. O regime agrícola anterior é associado às imagens de "escombros", "abalos", "mundo incivilizado", à "escravidão". No pós-escravidão as imagens são associadas à "reordenação", "modernização", "novos métodos de trabalho", sinônimos de um regime econômico moderno para enfrentar a concorrência. Na superação do antigo e na construção do novo está presente a idéia de história como progresso e evolução, desdobramento linear e lógico dos acontecimentos. Daí a abolição ser entendida por Fidélis Reis<sup>5</sup> como "Evolução moral" assinalando o ingresso nos domínios superiores da civilização. Ao 13 de maio sucede o 15 de novembro e a evolução não mais se interrompe. O 13 de maio, portanto, é visto como início de uma fase construtiva, tendo por base o trabalho livre no plano econômico e a República no campo político, superando o abalo provocado pela escravidão. A idéia de História, enquanto evolução e progresso, não implica em um descompromisso com o passado e a tradição, invocados na reafirmação de compromissos políticos que garantam uma "direção" para a evolução e o progresso. Assim é que o governo Mello Vianna é saudado como a continuidade do governo Raul Soares, o qual é homenageado por ter estado ao lado das classes conservadoras na luta pelo progresso.<sup>6</sup>

4. A positividade do Trabalho - Surge como um ponto claro nestas representações. O trabalho é apresentado como princípio instituinte do social. É fonte de riqueza e bem-estar, fonte de aperfeiçoamento moral, razão de ser do homem e elemento definidor da sua existência. O trabalho livre é o elo, a ponte para o mundo superior, civilizado, moralizado, desenvolvido, asséptico. É a expressão do bem comum. E o estado de Minas Gerais, que

<sup>3</sup>. Editorial da *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, jul. de 1923. Vol. II. p. 2.

<sup>4</sup>. Idem.

<sup>5</sup>. REIS, Fidélis. "13 de maio de 1888", *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Maio de 1911, p. 338.

<sup>6</sup>. BARBOSA, Juscelino. "Presidente Mello Vianna". *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Sociedade Mineira de Agricultura, Dezembro de 1924, vol. III, p. 3-8.

"... pela sua diversidade sumaria e enfeixa "todos os problemas nacionais, deveria se transformar, como o Brasil, em uma "imensa oficina de trabalho", sob a influência da cultura e do exemplo americano e europeu."<sup>7</sup>

Junto à defesa do "princípio" de trabalho é esboçada uma representação do "mineiro", definido como trabalhador, uma vez que é pela ordem e contra a anarquia, pela paz e contra a desordem. O mineiro é aquele que expulsa os salteadores e se volta ao trabalho. Juscelino Barbosa, no artigo intitulado "Missão Inglesa", em que relata a viagem à Grã-Bretanha, exalta os progressos dos habitantes das montanhas da Escócia e, por analogia, deduz da condição montanhesa do estado de Minas outros atributos do mineiro que, acrescentados ao seu perfil de trabalhador, lhe atribuem uma singularidade que os torna também voltados para o progresso e para o gosto e a tenacidade no trabalho. Segundo ele,

"...nas montanhas se formam os caracteres frios e resolutos, seria falsa modéstia não reconhecer que aqui há homens tenazes e corajosos, sóbrios e comedidos, sinceros e dedicados".<sup>8</sup>

Nesse particular da "vocaçã" para o trabalho, Fidélis Reis afirma, acerca de si mesmo, que o trabalho "é a única preocupação de seus dias honrados"<sup>9</sup>

5. A crença na positividade do saber técnico e científico dará um tom particular a esse mundo discursivo da burguesia. O saber técnico e científico surgem como depositários da expectativa da "racionalidade" e da libertação de um mundo de miséria, ignorância e incultura. Com a educação, a cultura e o saber profissional, alcança-se o progresso, e o desenvolvimento moral e intelectual almejado com seu ápice no "caráter da raça". O caráter da raça de um povo é, segundo Fidélis Reis, fator de homogeneidade e convergência imprescindíveis na afirmação da nacionalidade e na superação do atraso econômico.<sup>10</sup>

6. A negação da exploração do trabalhador vem se somar como mais um elo nesta cadeia lógica do discurso burguês. Os males, se existem, são atribuídos aos operários e camponeses atrasados, miscigenados, sentimentais (sentem mais do que raciocinam), incultos, sem higiene e ociosos. Se são mal alimentados, é porque não possuem hábitos corretos de alimentação, se são doentes é porque não têm hábitos de higiene e vivem em promiscuidade; se são ociosos e ignorantes é porque são miscigenados e sem educação. A exploração

<sup>7</sup>. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Janeiro de 1924, vol. II, p. 2.

<sup>8</sup>. Editorial da *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*, Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Julho de 1923, vol. II, p. 2.

<sup>9</sup>. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Maio de 1911, vol. II, p. 339.

<sup>10</sup>. Ver Projeto de regulamentação da Carreira Agrônômica, in: *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Outubro de 1923, vol. I, p. 393-397.



não existe; se a miséria existe é por ócio, ignorância e atraso. Assim também raciocinam com o país que tem terras férteis e abundantes recursos naturais, faltando-lhe o "trabalhador ideal", a técnica e a racionalidade para sair do atraso econômico.

Uma vez sumariados, ainda que brevemente, alguns pontos que se ressaltam das representações imaginárias da burguesia mineira e inventariados alguns traços da sua auto-representação, é possível entender melhor o porquê do aparecimento frequente de certos temas nas falas dos membros da Sociedade Mineira de Agricultura, dos participantes do Congresso das Municipalidades, da Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, bem como o porquê da sua preocupação em propor e implementar medidas práticas.

Exemplo eloquente são as discussões acerca do tema *imigração e colonização*. A questão imigratória exigirá, dos que consideramos os teóricos da burguesia mineira, um grande esforço de argumentação e retórica para justificar politicamente suas propostas, quanto à uma política imigratória e colonizadora, que se consubstancia na elaboração de um projeto encaminhado à Câmara Federal por Fidélis Reis<sup>11</sup> (então deputado federal, membro da Sociedade Mineira de Agricultura, participante do Congresso das Municipalidades). Os argumentos presentes na exposição de motivos que acompanham o referido Projeto de Lei percorrem os mesmos passos dos numerosos artigos que recheiam as páginas da Revista Agrícola, Industrial e Comercial dos quais são dados encaminhamentos práticos com o projeto de lei. A imigração e a colonização são postas como medidas prioritárias para o País tendo em vista o progresso e a riqueza nacional. O homem trabalhador é fator decisivo e da escolha do bom imigrante dependerá o sucesso do empreendimento da caminhada rumo ao progresso. Só o "trabalho estrangeiro" possibilitará progressos como os vividos por outros países. Fidélis Reis, após visitar oficialmente a Argentina, pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1911, e constatar "a obra monumental" que ali é realizada pelo trabalho estrangeiro afirma:

"...não devemos descurar, para em qualquer tempo, conhecermos e podermos informar das condições do imigrante que tenhamos dados ingresso em nosso país. Evitar o elemento mau, o desordeiro, tal deve ser o objeto constante da nossa preocupação, pois que, ao em vez de vir cooperar conosco na tarefa do nosso engrandecimento, ele não passará de um obstáculo do nosso evoluir pacífico na jornada de trabalho em que todos estamos empenhados para o bem e para a glória do Brasil. Ao contrário, o homem trabalhador de qualquer nacionalidade ou procedência que seja, é força que nos convém e elemento de que devemos aproveitar".<sup>12</sup>

Em 1923, contudo, a procedência e nacionalidade são objetos de severas restrições no seu projeto de imigração, onde os trabalhadores europeus, particularmente alemães e

italianos são apontados como os melhores para o trabalho, o cruzamento e o convívio. Enfim, para superar os supostos males étnicos brasileiros.

É curioso como os argumentos vão se ligando numa cadeia lógica. Se por um lado a introdução do imigrante significa aumento da capacidade de produção, introdução no país de gente melhor instruída para a luta econômica com processos racionais, por outro lado ela significa também uma possibilidade de melhoria étnica para o brasileiro. Escolhe-se um "bom imigrante", elimina-se o ruim e o desordeiro; escolhe-se sua procedência, os países europeus tidos como avançados; escolhe-se o tipo racional, branco; proíbe-se a imigração de indivíduos das raças de cor preta e amarela e de todos os elementos julgados nocivos à formação étnica, moral e psíquica da nacionalidade;<sup>13</sup> estimula-se a miscigenação com o brasileiro para uma depuração étnica.

Ao lado da projeção de um "tipo ideal" do trabalhador nacional (ordeiro, produtivo, moralizado, eugenizado), a crença mítica num padrão civilizatório do capitalismo<sup>14</sup> num percurso que vai do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho à eugenia da raça sempre em rumo ao progresso e a uma sociedade civilizada.<sup>15</sup>

Sempre buscando o trabalhador ideal e a sociedade civilizada, entram no tema da *racionalidade técnico-científica*. Não é por exemplo qualquer agricultura que se deseja, mas sim uma agricultura racional, sistemática, científica, teórica e moderna que tem como modelo a agricultura dos Estados Unidos, e nesta ótica, torna-se importante definir o papel fundamental dos profissionais agrícolas. Daí seguem-se os discursos sobre a importância da educação e de um melhor sistema educacional. O padrão civilizatório americano, enquanto modelo almejado, será garantido através da criação de um sistema agrícola que passa pela Educação Agrícola fundada no *racionalismo agrícola* o que lhe dá um "status científico".

Este mesmo discurso da racionalidade estará na base das iniciativas que implementarão o *cooperativismo agrícola* proposto no Congresso das Municipalidades, no Congresso Agrícola, amplamente defendido na Revista Agrícola, Industrial e Comercial e nas diferentes discussões técnicas que vão dos melhores resultados de produção à alimentação adequada para o trabalhador rural. Em maio de 1911<sup>16</sup> Fidélis Reis, então presidente da Sociedade Mineira de Agricultura propõe, com vistas à agricultura racional, a instalação, na sede da sociedade, de um mostruário de equipamentos agrícolas e de uma biblioteca; expõe seus planos de distribuição de sementes, mudas e de publicações especializadas; de realização de conferências e de instalação de uma seção do "Dry Farming Congress" dos Estados Unidos da América.

13. Ver Projeto de Colonização e Imigração de Fidélis Reis. Op. cit.

14. A respeito da construção de uma "sociedade civilizada", ver o importante trabalho de SALLES, Iraci Galvão, "Trabalho, progresso e a sociedade civilizada". São Paulo, Hucitec/Pró-Memória/INL, 1986 e AZEVEDO, Célia Maria Marinho. "Onda negra medo branco". São Paulo, Paz e Terra, 1987.

15. Essa posição em relação à imigração pode ser acompanhada também no artigo de Fidélis Reis, em co-autoria com João de Farias, intitulado "O problema imigratório e seus aspectos étnicos", *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Maio de 1911, vol. IV, e por Sócrates Alvim em "Colonização feminina", e "Política imigratória", ambos na *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Setembro/Octubro de 1925, vol. IV, e também na matéria "A imigração alemã", *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Junho de 1924, vol. II.

16. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Maio de 1911, vol. IV, p. 339.

11. REIS, Fidélis. "O problema da imigração". Projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente Dr. Fidélis Reis. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Outubro de 1923, vol. I.

12. REIS, Fidélis. "Povoamento e pecuária na República Argentina". *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, maio de 1911, vol. IV, p. 399.



No projeto de Regulamentação da Carreira Agrônômica,<sup>17</sup> Fidélis Reis aponta o papel do agrônomo como sendo o de propiciar cientificamente o aumento da produção e do conhecimento agrícola. Nesse projeto Fidélis Reis faz a defesa de uma agricultura racional e produtora de abundância. A sua meta é o auto-abastecimento, conquanto este é fator de estabilidade da fortuna pública e particular. Quanto ao modelo americano, este não fica só a nível da retórica: há aproximação efetiva entre o Dry Farming Congress e a Sociedade Mineira de Agricultura que torna-se sua representante no Brasil.<sup>18</sup>

O ensino agrícola é apontado como fundamento da organização da moderna economia, uma vez que a agricultura é vista como a "grande indústria" do Brasil. Juntamente com as propostas de criação das escolas agrícolas são propostos os famosos "liceus de arte e ofícios" para formação de mão-de-obra, endereçados às atividades fabris do meio urbano.

A agricultura é, no dizer de Arthur Torres Filho,<sup>19</sup> fonte de todos os bens e todas as riquezas. Daí a necessidade de proteção e estímulo à pecuária, à lavoura, ao ensino (obrigatório) profissional, à educação e à colonização. O ensino agrícola, nessa perspectiva é posto como fundamento de organização da moderna economia. E como tal, ele é entendido e defendido por P. H. Rolfs, diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas (Viçosa) em conferência na Sociedade Mineira de Agricultura.<sup>20</sup> Educar, segundo ele, é passar valores como honestidade, moralidade, sinceridade; é formar um melhor cidadão, o patriota; é despertar o amor à terra. Isto porque, ele exemplifica, um ladrão educado no seu entender é mais ameaçador à sociedade do que o ignorante. Educar portanto é acima de tudo edificar uma moralidade.

O perfil do aluno ideal para a escola agrícola, é traçado, tendo por base a preferência pelo aluno oriundo da classe média e, preferencialmente, de inteligência média para executar e não interpretar. A pretensão de fazer desse aluno um futuro líder para trabalhos internos e externos à escola, tem como limite que essa liderança se atenha ao aspecto técnico. A busca do padrão civilizatório, dessa forma, permanece fiel ao ideal hierárquico como padrão para o social.

Em um ensino adaptado e modificado de acordo com o desenvolvimento e a necessidade agrícola do Estado; na crença na necessidade da teoria informando a prática; no incentivo à observação direta e na recusa ao ensino bacharelesco estão

17. Op. cit.

18. Ver "Às sociedade de agricultura e imprensa no Brasil" na *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Maio de 1911, vol. IV, p. 81 (aqui é feito comunicado oficial, pela diretoria, da ligação da Sociedade com o Dry Farming Congress, americano).

19. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Maio de 1911, vol. IV, p. 338-354.

20. ROLFS, P. H. "Ensino Agrícola". *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Fevereiro de 1924, vol. II.

indicados alguns caminhos para a superação do atraso econômico da nação?<sup>21</sup>

Se o "atraso econômico" se deve à herança brasileira no que concerne a uma mentalidade bacharelesca (herança portuguesa) e ao aspecto étnico e à miscigenação, estes podem e devem ser transformados potencializando assim as nossas riquezas naturais, através da montagem de um sistema educacional; de uma imigração e colonização que garantam o tipo racial, saudável e trabalhador; e através da construção e solidificação de uma moral pública. Novamente voltamos ao trabalho. É ele a pedra de toque da construção dessa moralidade.

Aqui chegamos a outros temas caros à burguesia nestes anos: *A Repressão à Vadiagem* e *A Repressão ao Aliciamento de Trabalhadores*. Em 1903 eles já aparecem no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial,<sup>22</sup> são temas constantes na *Revista Agrícola, Industrial e Comercial*, se transformam em teses importantes no Congresso das Municipalidades em 1923.<sup>23</sup>

Em 1903, a Comissão Fundamental do Congresso, introduz a repressão à vadiagem como "um poderoso auxílio à agricultura e as indústrias" e pede tratamento jurídico penal para a questão, o que é ampliado em 1923 no Congresso das Municipalidades, com as propostas de criação das colônias de trabalho; da prisão com trabalho; da repressão e proibição aos jogos de azar, ao alcoolismo e à importação, fabrico e comércio de álcool; do aproveitamento de sentenciados em obras de infra-estrutura do Estado; com penalidades coibitadas para o aliciamento de trabalhadores e com a criação de agências agrícolas para a colocação dos trabalhadores rurais<sup>24</sup> Isto remete, não só para a percepção de uma estratégia de garantir para o capital uma disponibilidade permanente, segura e previsível de mão-de-obra como sobretudo para um enquadramento das pessoas no mundo do trabalho tão bem descritos na fala de Camilo Prates:

"...extinguir o vício da ociosidade de modo a obter-se maior soma de trabalho coletivo, maior produção, mais abundante fornecimento de braços às diversas indústrias do país".<sup>25</sup>

As colônias de trabalho, nessa perspectiva de coação aos ociosos, são planejadas portanto, para que "...se recolham os ociosos, vadios e vagabundos que a polícia do município e do Estado encontrar sem trabalho por não quererem a ele se entregar

21. Ver por exemplo, discurso proferido por Lourenço Neves, publicado na *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Maio de 1911, vol. IV, p. 338-354; artigo de Fidélis Reis "A margem das teses" na *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Agosto de 1923, vol. I, p. 111-112-115; o discurso de Daniel de Carvalho quando paraninfo dos agrônomos de 1923 da Escola Mineira de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte, publicado com o título "Rumo ao campo" na *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Abril de 1924, vol. II.

22. Ver "O congresso agrícola, comercial e industrial de 1903". *Revista da Fundação João Pinheiro São Paulo - Análise e conjuntura*. Belo Horizonte, 11 (5/6); Maio/Junho de 1981, p. 122-220.

23. Ver *Anaes do Congresso das Municipalidades Mineiras*. Belo Horizonte, *Imprensa Oficial*, 1924.

24. Ver *These do IV Congresso das Municipalidades Mineiras*. Belo Horizonte, *Imprensa Oficial*, 1924, p. 24-95-96-98, e também o parecer sobre a These IV, p. 355 e as discussões entre Camilo Prates, Oscar Ornellas, Getúlio de Carvalho, Alfredo M. de Lima e Castello Branco nas páginas 429-446.

25. Idem, p. 95.



" .<sup>26</sup> A regeneração dos recalcitrantes ao trabalho é pensada não só em termos dos necessários desdobramentos para a repressão ao alcoolismo e ao jogo do bicho mas, também, é discutida em termos de soluções possíveis de se obter maior êxito. E aqui entram em cena as discussões sobre a adoção de meios coercitivos ou educativos, a vantagem dos asilos para mendigos e não mendigos, a hipótese de prisão com trabalho, entre outros. A crença na possibilidade de regeneração é contudo um dado tido como inquestionável e pode ser confirmado na seguinte proposta apresentada no Congresso das Municipalidades: "... ao colono que se mostrar regenerado e habituado ao trabalho será conferido um prêmio modesto destinado a recordar-lhe a transformação moral porque passou na colônia".<sup>27</sup>

O trabalho aparece aqui como um valor moral alicerce de projeção de um mundo idealizado e em construção pela burguesia. O "não trabalho" é imoralidade, é delito passível de punição. Um bom exemplo dessa idealização de "um mundo do trabalho" é a entrevista de Alfredo Lobo na revista da Sociedade Mineira de Agricultura, intitulada "A nova Alemanha". O entrevistado, após uma permanência de dois anos na Alemanha, transmite suas impressões sobre aquele país, enfatizando, com indisfarçável admiração, o intenso movimento industrial, o incessante ritmo das fábricas, a pouca durabilidade das greves (quando existem) devido às eficientes negociações conduzidas pelas associações de empregados que, influenciam, não só o trabalho como a política. Isto porque os trabalhadores possuem alto nível intelectual, são bem informados, falam várias línguas, o que ajuda também as indústrias alemãs que dessa forma "...dispõem de elementos capazes de assegurar as melhores vitórias nos empreendimentos".<sup>28</sup> O resultado dessa integração entre patrões e empregados é a existência de um sentimento patriótico, acima das divisões políticas e um profundo sentimento de raça. A miséria ainda existente é atendida pelo "nobre esforço da filantropia alemã", e a organização policial é "perfeita", sendo a "vigilância permanente", a razão de seu êxito. A Alemanha assim, é o modelo de uma sociedade próspera e integrada em torno do valor do trabalho tal como sonha a burguesia mineira.

Outro tema é o da "higiene pública". Esboçado genericamente em 1903, ganha contornos nítidos no Congresso das Municipalidades de 1923, visíveis particularmente na quinta sessão.<sup>29</sup> Deseja-se um trabalhador sadio, com regularidade no trabalho e produtivo. Defende-se que a higiene é atribuição do Estado e que, após o avanço da ciência com as teorias biológicas de Pasteur (miasmas), estão dadas as bases para uma intervenção racional do Estado imposta pela natureza coletiva dos interesses em causa. A proposição de um serviço de higiene será pautada portanto nesses termos.

A higiene é colocada junto à condição de vida do operário e clama-se (caso dê representantes de Juiz de Fora, Nova Lima e outras cidades), por medidas enérgicas, que ponham fim aos "surtos" de doença nos bairros operários apontados como locais ideais de propagação, devido à falta de hábitos de higiene e de educação desses. A

<sup>26</sup> Anaes do Congresso das Municipalidades Mineiras, op. cit., p. 96.

<sup>27</sup> Idem, p. 98.

<sup>28</sup> Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Janeiro de 1924, vol. II.

<sup>29</sup> Ver também a página 28 e o parecer de Gomes Freire, da Comissão de Higiene, These I, p. 277-285.

saúde é apontada como pré-condição para o recebimento da educação (instrução) e ambas como essenciais para a formação do trabalhador tendo em vista o bem do progresso. Os operários são vistos como "transmissores" potenciais e suas habitações coletivas um perigo para a população. Chega-se inclusive, no caso de Juiz de Fora, a culpar os operários que trabalham na rodovia União e Indústria, na parte do Rio de Janeiro, de serem os veículos responsáveis pela entrada em Juiz de Fora de epidemias, que estão ocorrendo no Rio de Janeiro, como se esses fossem os únicos a circular entre aquelas cidades. Advoga-se uma profilaxia moral e sanitária, e o resultado dela é uma sociedade livre dos surtos miasmáticos e epidemias sociais. E aqui o papel do engenheiro sanitaria Baeta Neves, membro da Sociedade Mineira de Agricultura e fundador, a partir desta sociedade, da Sociedade Mineira de Engenheiros deverá ser melhor avaliado.

Um tema que, oportunamente, deverá ser também objeto de apreciação, buscando-se novos elementos, mas que surge já em 1903, é o da regularização das relações entre patrões e trabalhadores, proprietários e colonos. Em certa medida este tema é retomado pelo Congresso das Municipalidades de 1923 e pela Revista Agrícola, quando se discutem formas de conter o aliciamento de trabalhadores. Aí o que está em questão é a proposição de uma lei de locação de serviços que garanta ao patrão e ao proprietário o suprimento regular de mão-de-obra. A regulação pretendida é para garantir prioritariamente o proprietário e não só trabalhadores e, no texto da Comissão Fundamental do Congresso de 1903 isto está claro em oito itens do quesito 61. O objetivo dessa regulação fica mais explícito ainda quando a ele se entrelaçam propostas para a repressão da vadiagem; a criação de oficinas de trabalho; a regulamentação do trabalho doméstico; a difusão do ensino agrícola nas escolas rurais; o estabelecimento de uma corrente migratória; a proposição de uma liga de industriais e agricultores para não aceitar operários que abandonarem o serviço sem justa causa; e para promover a atribuição de responsabilidade civil e penal no caso de violação da lei de locação, entre outras. Dessa penalização, não ficam a salvo os empregados domésticos, uma vez que, os congressistas, se dispõem a regular o trabalho doméstico feito por assalariados e "...reprimir também a ociosidade entre os que fazem profissão desse trabalho, taes como cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, jardineiras, etc."<sup>30</sup>

Isto posto, podemos passar a algumas considerações finais do que foi acima esboçado, e acreditamos ser possível aventar a hipótese da existência de um projeto burguês de desenvolvimento econômico-social e tecnológico. Projeto estruturado no princípio basilar do trabalho, ponto nodal das estratégias implementadas pela classe no momento da estruturação e da constituição de um mercado de mão-de-obra livre.

Em meio às práticas e às palavras desta burguesia se agiganta uma intenção burguesa: a constituição de uma sociedade autoritária, regulada, pontuada e disciplinada pelo trabalho. Diante desta tarefa os vários interesses das diferentes frações da burguesia convergem unanimemente. As possíveis divergências entre burguesia industrial e agrária se empalidecem diante deste objetivo maior que por sua vez é superior a uma possível iniciativa partidária que congregue seus interesses específicos. Aliás, bem representados pela Sociedade Mineira de Agricultura, pela Associação Comercial de Minas Gerais e pelos Congressos aqui mencionados.

<sup>30</sup> Anaes do Congresso das Municipalidades Mineiras, op. cit., p. 98.



O que conta é a globalidade constitutiva desse projeto, que se apresenta comum à sociedade como um todo, e que visa a construção de uma hegemonia, o que pressupõe, tal como a noção formulada em Gramsci<sup>31</sup> a "*negação dos interesses particulares de classe*".

O projeto de construção dessa hegemonia por aparecer travestido na retórica do progresso, na afirmação da nacionalidade, na crença em um saber racional, no ideal do trabalho e no que Moraes Sarmiento <sup>32</sup> chama de "*aspiração inadiável de uma união mais forte e inteligível das classes conservadoras*" pode sugerir a muitos que, se está diante não de um projeto de construção de hegemonia, mas de uma classe ainda fraca e numa luta desesperada pela união, numericamente pequena para se expressar através de suas frações e para se fazer representar por um partido político, ou mesmo para se fazer visível no aparelho do Estado. Essa visão pode informar a tese de que em Minas o Estado é autônomo, se antecipa às classes e decide os rumos da economia e da sociedade,<sup>33</sup> quando parece-nos, que o que de fato acontece, é que por trás da ausência de uma visibilidade ostensiva das frações burguesas no Estado e de uma demanda agressiva de seus interesses particulares, se oculta o fato de que o Estado, a sociedade e a economia são objetos comprometidos com a realização de sua dominação que se realiza através do princípio do valor moral do trabalho e de sua instrumentalização em direção ao suposto interesse (comum!) do progresso da nação.

Daí a afirmação de Fidélis Reis de que

*"...na expansão da produção, na exploração e desenvolvimento das nossas fontes inesgotáveis de riqueza e incrementação das forças vivas [leia-se trabalho] para maior surto econômico está a garantia das instituições e da República e a segurança de sua inviolabilidade!"*<sup>34</sup>

Que República é essa que se quer em segurança e protegida de violações? É a República do trabalho, expressão do imaginário da burguesia mineira e por que não dizer das elites nacionais. Imaginário esse cuja origem se situa, e cuja maturação se realiza, num tempo longo, o da "*lenta passagem para um sistema econômico baseado no trabalho livre*",<sup>35</sup> e que encontra sua expressão política, sua plena realização, na República de 1891. O acabamento final do projeto de constituição de uma sociedade regida e controlada pelo princípio do trabalho, a nosso ver, vai se consumir nos anos trinta com o seu direcionamento pelo Estado através, entre outros mecanismos, do que Wanderley Guilherme dos Santos chama de "*extensão da cidadania regulada*" onde

31. GRAMSCI, Antonio. "*Obras escolhidas*". São Paulo, Martins Fontes, 1978.

32. SARMENTO, Moraes. "*Congresso comercial, industrial e agrícola*". Belo Horizonte, 28-29 de maio de 1928, número 10, p. 1. (discurso de Moraes Sarmiento enquanto presidente da Comissão Executiva do Congresso).

33. Uma contribuição decisiva nessa discussão foi dada por MUNAKATA, Kazumi - "Compromisso de estado", in: HAY *Governo? Revista Brasileira de História*. ANPUH, São Paulo, Marco Zero, p. 4-7:58-71, 1984.

34. REIS, Fidélis. Ensino Profissional (Projeto de Lei). *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Agricultura, Outubro de 1923, vol. 1, p. 393-397.

35. DUTRA, E. R. de F., LIBBY, D. C. e BAGGIO, S. B. "Das sombras do tráfico às luzes do século". Notas sobre uma discussão parlamentar, in: *Revista do Departamento de História da U.F.M.G.*, 6:77-108, 1988, p. 108.

*"A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei"*<sup>36</sup>

À cidadania regulada se acrescenta a armação corporativista e as iniciativas de organização científica do trabalho ao lado de uma moderna pedagogia do trabalho. Mas aqui a história já é outra, a idéia de República vai ficando esquecida frente à consecução de uma visão autoritária da vida política e social e, diante do ritmo vertiginoso e crescente de uma ordem social autoritária que ganha uma nova feição cujos contornos finais serão dados pelo Estado Nacional. É nesta direção que, parece-nos, se encaminham os discursos e as práticas expostas acima.

36. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "*Cidadania e justiça*". Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 75.



Universidade Federal  
de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas  
Departamento de História  
e Ciência Política  
Av. Antônio Carlos 6627  
Caixa Postal - 253  
CEP - 31270  
Belo Horizonte, MG

